PREVALÊNCIA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA NA REGIÃO NORDESTE

Autor(res)

Douglas Evandro Dos Santos
Rayna Gabrielle Maia Rocha
Pedro Henrique Oliveira Nascimento Gomes
Luiza Palmeira Ferreira Arouca Real Fontes
Alexandre Moraes Loureiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIME LAURO DE FREITAS

Introdução

A Anemia Infecciosa Equina (AIE) é uma doença viral de grande relevância no manejo sanitário de equinos, asininos e muares. Causada por um retrovírus da família Retroviridae, gênero Lentivirus, ela acomete animais em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. A doença caracteriza-se por uma natureza crônica e infectocontagiosa, com episódios de febre, anemia hemolítica, icterícia, depressão, edema e perda crônica de peso, mas ainda pode apresentar fase aguda, hiperaguda e subaguda. Além dos prejuízos diretos à saúde e bem-estar dos animais, a AIE tem impacto econômico considerável, tanto para criadores quanto para o setor esportivo equestre. A infecção não possui cura e o animal se torna portador latente, com surtos intermitentes ao longo da vida do animal, o que torna o controle um desafio sanitário de grande magnitude.
A importância da AIE para a saúde pública está relacionada de forma indireta, mas ainda assim relevante. Embora o vírus afete apenas equinos, os vetores que transmitem a doença, como insetos, estão presentes em áreas rurais e periurbanas, aumentando o risco de outras zoonoses, que podem atingir os humanos. Além disso, práticas inadequadas de higiene, como o uso de equipamentos contaminados ou o transporte irregular de animais infectados, podem espalhar outras doenças. Por isso, o controle da Anemia Infecciosa Equina, além de outras doenças zoonóticas precisam ser pensadas de maneira integrada, levando em conta a conexão entre a saúde animal e humana, como propõe a iniciativa "One Health" (BRASIL, 2024).

Objetivo

Sendo assim, objetivou-se no estudo a compreensão da epidemiologia, prevalência e quais os estados mais afetados pela doença na região nordeste, além de disseminar estratégias de controle e prevenção. A anemia infecciosa equina tem impactos significativos na saúde equina, pública e na economia do setor. Difundir informações sobre zoonoses e utilizar medidas de biossegurança de forma preventiva proporciona maior controle sobre a doença.

Material e Métodos

O trabalho foi realizado a partir de documentos acadêmicos, artigos e informações do Ministério da Saúde,

objetivando a importância zoonótica da doença para saúde pública, utilizando dados do Brasil com foco na região nordeste. Os dados foram extraídos da mesorregião do Sul da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A divulgação esse tipo de conhecimento possibilita melhor fiscalização, prevenção e controle, como a realização de exames regulares, permitir que o animal só frequente ambientes que exija a GTA, a esterilização de objetos reutilizáveis que podem servir como fômites e descartar seringas descartáveis utilizada por animal, manter animais recém-introduzidos na propriedade em quarentena, realizar limpeza regular de instalações, utilização de repelentes e estábulos à prova de insetos, notificar casos positivos da enfermidade a fim de restringi-la à demais animais, entre outros fatores (IDAF, 2024).

Resultados e Discussão

De acordo com o estudo realizado sobre a frequência da anemia infecciosa equina nos estados do Nordeste do Brasil, após exames de AIE pela IDGA realizados em equinos dos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, cerca de 151 (2,69%) animais testaram soropositivos. Além disso, houve instabilidade na proporção de animais soropositivos nos três estados estudados (p=0,003), tendo Paraíba e Ceará apresentando maior risco e ocorrência da doença quando comparados ao Rio Grande do Norte. Em outro estudo feito nesses mesmos três estados no ano de 2010, do qual analisou os animais ao decorrer dos meses do ano, apresentou que na Paraíba e no Ceará ocorreram casos de AIE em todos os meses, enquanto no Rio Grande do Norte não houveram casos em janeiro, fevereiro, junho e dezembro (SILVA et al., 2010).

De acordo com os resultados vistos na pesquisa, a qual mostra os casos de AIE nos três estados estudados, ressalta a importância do controle do trânsito de animais entre municípios e para outras regiões do Nordeste e do Brasil. A variação na frequência de soropositividade pode estar ligada à realização de eventos hípicos, como vaquejadas, e ao trânsito interestadual de equinos, o que explica a maior concentração da doença nas divisas desses estados. Em 2010, o Brasil, com 2.445 focos, registrou o maior número de casos no continente americano, seguido de outros países da América Latina. Exclusivamente, na Paraíba e Rio Grande do Norte, as taxas foram de 1,5% e 2,67%, respectivamente, valores próximos aos deste estudo (2,66%), indicando estabilidade na ocorrência da doença ao longo do tempo (SILVA et al., 2013).

Referente a outra pesquisa, a qual a área de estudos foi a mesorregião do Sul Baiano, no período entre janeiro e dezembro de 2009, 5,9% dos 2457 soros testados apresentaram resultados positivos para AIE. Taxas próximas foram vistas em Mato Grosso e Minas Gerais, enquanto Rondônia teve uma prevalência maior (9,6%) e o Pará, uma das mais baixas (1,34%) (SOUZA et al., 2011).

Entre os machos, 6,09% foram infectados, e entre as fêmeas, 5,63%, sem uma diferença relevante entre os sexos. A infecção foi mais comum em animais com mais de 3 anos de idade, indicando que a faixa etária é um fator significativo em relação a suscetibilidade da doença. Equinos sem raça definida mostraram maior incidência (12,6%), provavelmente pela maior exposição em diversas atividades. De 268 propriedades, 13,43% tinham pelo menos um animal infectado, indicando uma ampla disseminação da doença (SOUZA et al., 2011).

Conclusão

Conclui-se que é de suma relevância o conhecimento dessa zoonose para garantir o a prevenção e controle para a diminuição da incidência de uma enfermidade que não possui vacina, não tem cura e que é de extrema disseminação. Este estudo visa promover a compreensão da patologia, em busca de melhorar o bem estar animal e da saúde pública, minimizando os riscos da transmissão e contágio da AIE.

Referências

Uma Só Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/u/uma-so-saude.
FRANCO, M. M. J.; PAES, A. C. ANEMIA INFECCIOSA EQUINA. Veterinária e Zootecnia, v. 18, n. 2, p. 197–207, 2011.
SILVA, RM; et al. Frequência de anemia infecciosa equina em equinos nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, Nordeste do Brasil durante o ano de 2010. https://www.revistas.usp.br/bjvras/article/view/55819/59225 .
SOUZA, AP; et al. Prevalência do vírus da anemia infecciosa equina na mesorregião do Sul Baiano, Bahia, Brasil. https://bjvm.org.br/BJVM/article/view/795/651 .
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO (IDAF). Sanidade dos equídeos. https://idaf.es.gov.br/sanidade-dos-equideos .
CENTRO DE SEGURANÇA SANITÁRIA E DE ALIMENTOS. Anemia infecciosa equina: Febre do pântano, Febre da montanha, Febre lenta, Febre malária equina, Doença de Coggins . https://www.cfsph.iastate.edu/Factsheets/pt/equine-infectious-anemia-PT.pdf .